

CIULLA, Alena; MATOS, Jnaica Gomes. Os processos de recategorização na construção avaliativo-argumentativa do texto. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

OS PROCESSOS DE RECATEGORIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO AVALIATIVO-ARGUMENTATIVA DO TEXTO

Alena Ciulla¹

Janaica Gomes Matos²

alenacs@gmail.com

janaicagomes@gmail.com

RESUMO: Dentre as múltiplas funções dos processos de recategorização, conforme Matos (2005) e Cavalcante e Matos (2016), destacamos a função *avaliativa* na construção de orientações argumentativas textuais. Demonstramos, em exemplos, que não apenas itens lexicais com valor axiológico são responsáveis pela atribuição de um juízo de valor. Por fim, apresentamos dois fenômenos discursivos que corroboram a noção de avaliação e argumentação construída no discurso e que se relacionam de perto com a recategorização, quais sejam, o encapsulamento anafórico e a opacidade referencial.

Palavras-chave: Recategorização; Argumentação; Função avaliativo-argumentativa.

INTRODUÇÃO

A questão da argumentação está, por assim dizer, impregnada na língua. De acordo com Anscombre (2006) e Ducrot (2009), o locutor não é simplesmente *aquela que fala*, mas *aquela que expressa um ponto de vista*.³ Assim, podemos dizer que a

¹ Alena Ciulla é professora adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Janaica Matos é professora assistente do Curso de Letras da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e doutoranda CAPES/FAPEPI, na Universidade Federal do Ceará (UFC),

³ Para Anscombre (2006) e Ducrot (1980), *locutor* é aquele a quem se atribui a responsabilidade do enunciado, e os *enunciadores*, aqueles que representam os diversos pontos de vista evocados pelo enunciado e são colocados em cena pelo *locutor*. E nenhum deles se identifica com o *sujeito falante*, que é o autor empírico. Em nossa análise, também o autor empírico não tem lugar, já que nos interessam apenas os personagens do discurso. Contudo, não distinguimos entre *locutor* e *enunciador*, mas

argumentação é constitutiva da linguagem. Consideramos, então, que toda e qualquer expressão linguística tem valor argumentativo no discurso, no sentido do *todo argumentativo* de Adam (2005). Segundo Koch (2011), a argumentatividade é um traço marcante, subjacente à intencionalidade na atividade linguística. Em outros termos, conforme Bakhtin [(1979)2011], em todo processo linguístico, há uma ideologia que lhe é inerente. Isso equivale a dizer que tudo que é dito, de maneira explícita ou não, contribui para a formação de um ponto de vista, pois pressupõe uma determinada ideologia por parte de quem fala.

Contudo, nosso esforço, neste trabalho, não é o de desvendar, estritamente, posicionamentos ideológicos, mas o de investigar de que maneira a recategorização contribui para a argumentação. Assim, entre outras características que podem compor a argumentação, discutimos a identificação do valor axiológico dos termos e partimos da ideia de que não somente as expressões referenciais são portadoras de recategorizações avaliativas, mas que outros aspectos discursivos dos enunciados podem contribuir para a construção da avaliação e, portanto, da argumentação.

Iniciamos com uma breve explicação sobre os pressupostos de que partimos, a respeito das noções de referência e recategorização.

1. A REFERÊNCIA E A RECATEGORIZAÇÃO COMO PROCESSOS DISCURSIVOS

Em nosso trabalho, consideramos a referência como um processo discursivo, seguindo Mondada e Dubois ([1995] 2003), para quem as práticas linguísticas

(...) não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (Mondada e Dubois, 2003, p. 273)

Nesta abordagem, a referência é um processo de negociação de sentido realizado pelos falantes no momento da interação, à medida que o discurso se desenvolve. Aqui, não interessa saber se a representação do mundo é adequada, nem se se trata, simplesmente, da questão da interpretação pelo contexto; interessa, antes, discutir a maneira como se dão as atividades linguísticas que os falantes praticam e os sentidos que são construídos.

apenas consideramos que há um personagem do discurso que enuncia, e que seus enunciados são atravessados por uma pluralidade de vozes do O/outro.

De acordo com Apothéloz (2001), os referentes, produtos do processo de referência, são ficções semióticas, por serem instâncias referencialmente subdeterminadas e efêmeras e não *realia* preexistentes à interação. Assim, nesta perspectiva, a referência diz respeito não mais a objetos do mundo, mas a *objetos de discurso*.

Também de acordo com este autor, a referência, enquanto processo, remete a um conjunto de meios que permitem coordenar interativamente dois sistemas de atenção: um orientado para um lugar de atenção, o outro orientado para o interlocutor, em um processo de harmonização com o outro, na interação. A orientação para um lugar de atenção, acrescentamos aqui, é o apontamento para um objeto, e esse apontamento, por sua vez, é sempre modulado pelo modo como esse objeto é designado. Por isso, entre os processos importantes envolvidos na referência, está o que chamamos de *(re)categorização*⁴. Conforme Ciulla (2008):

a categorização é um processo cognitivo que se relaciona de maneira estreita com a referenciação, pois é através dele que decidimos e formulamos as categorias para as quais apontam nossas designações. Nesse processo cognitivo, as categorias não são estanques e mesmo a prototipia é fruto de negociações coletivas, sujeita a constantes modificações. Imprevisíveis e mutantes, as categorias podem, no entanto, ter papéis muito definidos, cuja verificação é possível, considerando-se o seu processo de construção no discurso. A questão central, a nosso ver, é que os processos referenciais e as categorizações que são promovidas na malha discursiva imbricam-se, de modo que não podemos interpretar completamente um sem ver o outro. (Ciulla, 2008: 42)

Se, como dissemos antes, o sentido é atribuído no momento da interação e não está disponível de antemão, o apontamento e a designação são, então, fundamentais, pois são esses procedimentos que definem as escolhas de itens lexicais e as estratégias de como apresentá-los - ao mesmo tempo em que também são definidos por elas. É aí que se revela também a orientação argumentativa dos enunciados, parte dela engendrada, então, pela recategorização.

⁴ Entendemos que as categorias negociadas durante a interlocução são sempre reajustadas pelo foco dos participantes, a cada nova interação. Por isso, essa operação é considerada como um processo intersubjetivo, sociocognitivo e, além disso, sempre de *recategorização* - razão pela qual, neste trabalho, preferimos o termo com o prefixo *re-*, indicando um processo que é sempre renovado.

2. RECATEGORIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

À época dos estudos iniciais sobre a recategorização do ponto de vista linguístico, as noções sobre este fenômeno restringiam-se à verificação de como a referência era construída a partir de relações correferenciais, ou seja, do uso de expressões nominais convergentes para um mesmo objeto. Assim, o estudo fundador de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) enfocou a recategorização como a passagem de uma denominação padrão do referente, correspondente ao “nível de base” da categorização, em prol da adaptação de sua expressão substitutiva a possíveis objetivos persuasivos do indivíduo que a produz. Os autores defendem a noção de “recategorização lexical”, que ocorre sempre que certas expressões referenciais, ao contrário de se traduzirem por uma relação de identidade significativa, mantêm entre si diferenças lexicais que refletem as transformações sofridas pelo referente, no decorrer do processo discursivo.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) estabelecem a diferença entre a explicitude/implicitude nas recategorizações. A primeira ocorre com a manifestação de caracterizações sobre os objetos mediadas por anáfora, com item lexical reiterado e acrescido de expressões modificadoras, ou então um novo sintagma nominal. Enquanto o segundo tipo acontece quando o acréscimo de sentido se dá através de um pronome, retomando um objeto, transformando-o de algum modo. Desta maneira, a compreensão dos autores a respeito da natureza argumentativa, na condição de expressões referenciais, reduz-se apenas a um tipo específico, por eles classificado de “recategorização por argumentação”, isolando-a como característica de um tipo particular de “recategorização lexical explícita”, no momento em que uma expressão metafórica ou lexema marcado axiologicamente exhibe o ponto de vista do autor do enunciado produzido. Um exemplo clássico da obra dos autores é:

(1) (...) o reflexo conservador surpreendeu o vizinho gaulês. A adoção pelo Parlamento Francês da lei Tubon contra o “franglês” é um exemplo bastante ridículo. Esta nova anglicização da língua... (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p.5)

Acreditamos, no entanto, que a intenção de argumentar, que se pode observar na expressão recategorizadora “esta nova anglicização da língua”, também pode ser encontrada em outros processos recategorizadores, conforme indicam Anscombe (2006), Ducrot (1980:2009) e Koch (1989), no que se refere à constituição eminentemente argumentativa da linguagem, como forma de ação

sobre o mundo. Em nosso trabalho, a argumentação é entendida como função comum a todas as recategorizações, e não apenas àquelas marcadas por um item lexical pontual. O nosso intuito, então, é o de investigar que outras marcas e operações de sentido as recategorizações proporcionam na tessitura do fio argumentativo.

3. VALOR AXIOLÓGICO E FUNÇÃO AVALIATIVA: COMO DETERMINÁ-LOS?

Matos (2005) propôs um quadro que sugere algumas funções discursivas das recategorizações, como *avaliativa*, *não avaliativa*, de *glosa por definição*, *por correção* e *por especificação* e *estético-conotativa*, além da função de *evitar repetição de palavras*, cujos papéis argumentativos, ao contrário da proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), estendem-se potencialmente a todas as recategorizações. A autora observa também a característica de manifestação simultânea das funções acima elencadas, as quais se sobrepõem na construção dos enunciados, conferindo natureza multifuncional às recategorizações. Exemplificamos:

(2)... Se me for permitido contar, falarei da série de provações que me foram necessárias para encontrar ‘um quarto’..., não, ‘*uma toca*’ no Grande Albergue da Europa, administrado pelo *signore* Pietro Roberti. (exemplo citado por Mondada e Dubois, 1995: 31)

A autora sugere, nesse exemplo, que a construção pontual “uma toca” cumpre a função *avaliativa*, de aferição de juízo de valor e, ao mesmo tempo, a função de *glosa por correção*, uma vez que se transforma o objeto com a finalidade de explicitar a categoria a que pertence o referente “um quarto”, consistindo também em recategorizá-lo com o fim de negar, reformular ou corrigir essa primeira denominação, assinalando sua inadequação e indicando a segunda nomeação como mais “apropriada”, consoante os propósitos persuasivos do enunciador.

Sem desprezar tal sobreposição de funções, discutiremos mais detalhadamente a *função avaliativa*, pelas questões que suscita, a começar pela oposição, sugerida por Matos (2005), em relação a uma função *não avaliativa* das recategorizações. Além disso, a nosso ver, é a função desempenhada por processos recategorizadores que mais se destaca na construção da argumentação, já que a atribuição de valor axiológico relaciona-se de maneira muito estreita à condução argumentativa dos enunciados.

Conforme Matos (2005), há função *avaliativa* quando da ocorrência de uma denominação axiológica, que corresponde a um juízo de valor formulado na recategorização. Ao contrário, para a autora, a função *não avaliativa* é determinada pela ausência de juízos de valor na denominação recategorizadora.

Aprofundando a reflexão feita em Matos (2005), podemos dizer que, no exemplo (2), atribui-se ao termo "toca" um sentido pejorativo naquele contexto e em oposição a "quarto". Contudo, "toca" poderia bem figurar como o local habitado por um animal silvestre ou mesmo por uma pessoa, não assumindo um valor de inadequação, mas, pelo contrário, como um esconderijo ou aconchegante local de repouso. Isso significa dizer que também os itens lexicais que carregam certos traços semânticos propícios a uma determinada interpretação podem muito bem assumir outros valores nas diferentes situações enunciativas.

Como exemplo de função *não avaliativa* da recategorização, Matos (2005) cita o seguinte trecho de documento que reproduzimos a seguir:

(3) PARECER

A doutoranda M.H.A.C. ficou impossibilitada de concluir seu projeto de tese em tempo hábil porque sofreu um acidente e, por recomendação médica, precisou entrar com afastamento para tratamento de saúde.

A orientanda não interrompeu inteiramente, porém, suas pesquisas e, na medida do possível, vem elaborando as reformulações que sugeri nas sessões de orientação e amadurecendo as questões que pretende abordar.

Uma vez que deverá submeter-se a uma cirurgia com anestesia geral, não posso definir exatamente em que mês deste semestre ela entregará a versão final de seu projeto, mas creio que isso possa acontecer dentro de uns dois meses. (Matos, 2005: 7)

No texto desse exemplo, o referente de “a doutoranda M.H.A.C.” é retomado como “a orientanda”. Observa-se que a designação "orientanda" não é a de um nome que se possa dizer exatamente *valorativo*. Conforme observado por Matos e Brito (2014), a oposição entre *avaliativa* e *não avaliativa* é uma tentativa de diferenciar expressões que, supostamente, explicitariam mais a avaliação do que outras. E, no caso de "orientanda", no exemplo (3), parece que seria o caso de uma recategorização que, tomada isoladamente, tem um valor mais neutro.

Contudo, na redação do documento que é motivo de nosso exemplo, a escolha de "orientanda", feita pelo(a) orientador(a) de tese, aspectualiza a condição de aprendiz e de uma posição acadêmica mais frágil, condizente com M.H.A.C., que, com problemas graves de saúde, precisa da condescendência de autoridades de

instâncias superiores, pelo atraso de seu trabalho. Por isso, acreditamos que "orientanda", no exemplo, assume força avaliativo-argumentativa, pois, mesmo que não haja um termo anafórico pontual que comporte uma valoração, a combinação de tal expressão com outros elementos do contexto e fatores da situação enunciativa, contribui para esse processo.

Um outro exemplo que também é apresentado em Cavalcante e Matos (2016) para a função *não avaliativa* é:

(4) A medicina preventiva vem baixando os parâmetros de normalidade para uma série de marcadores – e, com isso, está aumentando o número de pré-doentes. Até que ponto isso é um exagero? [...] Um dos melhores exemplos é o que ocorreu depois da invenção do exame de tomografia computadorizada que analisa a quantidade de cálcio nas artérias. A concentração do mineral é um importante marcador de risco cardíaco. [...] (Reportagem Veja, 2005: 86)

A explicação do exemplo é a de que se trata de glosa por definição, em que “o mineral” recategoriza "cálcio", com o objetivo de esclarecer a que tipo de elemento pertence o referente. Neste caso, a função seria *não avaliativa*, porque "apenas é assinalada a passagem de 'o cálcio' para seu hiperônimo 'o mineral', mudando seu sentido", conforme Cavalcante e Matos (2016). As autoras, no entanto, percebem que:

(...) isso não implica dizer que a escolha lexical que funciona como recategorização “não avaliativa” seja totalmente destituída de sentido axiológico, ou argumentativo em determinado contexto; mas se quer dizer que a avaliação procura não se expressar claramente. No caso específico do exemplo, leva-se em conta que se trata de um texto de exposição científica, a qual deve “apagar” o ponto de vista subjetivo de quem o divulga. (2015: 100)

Indo mais longe na inquietação das autoras, configura-se uma cena em que é preciso repensar a oposição rígida entre função *avaliativa* e *não avaliativa*, pela observação de que pode haver outros recursos ou pistas textuais que venham a assinalar juízos de valor no processo de recategorização, muito embora a redenominação imputada aos referentes seja, do ponto de vista meramente lexical, destituída de valor axiológico, consoante o privilégio atribuído à menção das expressões recategorizadoras em Matos (2005).

Como se vê, essa questão sobre o valor axiológico dos itens lexicais é delicada e suscita discussões. Embora não tenhamos a pretensão de resolvê-la, entabulamos, aqui, uma reflexão e sugerimos uma maneira de abordá-la. Em primeiro lugar, pretendemos alargar a visão sobre o processo recategorizador, pressupondo que não apenas as expressões referenciais realizam esse processo, o que nos faz abandonar, neste trabalho, a oposição entre as funções *avaliativa* x *não avaliativa*, em razão do

que acima mencionamos. Em segundo lugar, precisamos considerar, de um lado, a questão de localizar marcas para a atribuição de valor axiológico: no léxico e/ou nas diversas inferências que se produzem entre o léxico e o entorno discursivo; por outro lado, precisamos investigar o fato de que certos nomes parecem apresentar a tendência, maior ou menor, de serem usados de maneira valorativa, auxiliando no processo de construção da argumentação.

Sobre esse problema, Milner (1978) salienta a oposição entre *nomes de qualidade* e os *nomes ordinários*. *Nomes de qualidade* seriam aqueles que têm a propriedade de não serem classificadores, isto é, nomes que não poderiam marcar a pertinência de um elemento a uma classe precisamente definida. Já os *nomes ordinários* determinariam sua referência por si próprios, definindo a classe a que pertenceriam, independentemente do enunciado em que aparecessem. Segundo Milner (1978), a substituição de um nome ordinário por um outro afeta necessariamente a interpretação, o que provaria que eles têm um sentido lexical preciso. O exemplo dado pelo autor é:

(5) Os funcionários estão protestando, especialmente os comissionados.

O autor não observa, no entanto, que “os comissionados” não está substituindo “os funcionários”, mas delimitando um conjunto, a partir da referência anterior ao objeto designado pela expressão “os funcionários”. Além disso, nenhum nome tem a propriedade de fazer referência por si próprio, já que a referência é um processo discursivo, que depende da atividade dos falantes.

Os *nomes de qualidade*, de acordo com Milner, poderiam ser empregados de maneira não autônoma como substitutos e, ainda assim, conservar a mesma referência feita por um nome ordinário do trecho precedente. Exemplo:

(6) Ele se enganou, o imbecil/O imbecil, ele se enganou.

Para a comparação entre um *nome de qualidade* e um *nome ordinário*, o autor fornece o seguinte exemplo:

(7) Ele se enganou, o teu irmão/O teu irmão, ele se enganou.

Em (6), “ele” somente poderia remeter a um nome exterior à frase, conforme a explicação de Milner, e essa frase não seria interpretável isoladamente. Em (7), de acordo com o autor, “ele” seria um anafórico de “teu irmão”, e a frase poderia ser

interpretada de maneira autônoma. Em primeiro lugar, em nossa opinião, nenhum dos dois enunciados (aqui substituindo as "frases" de Milner, para reforçar a ideia de que frases não têm sentido fora do discurso) pode ser interpretado de maneira autônoma, pois simplesmente dizer que "ele" e "teu irmão" apontam para um mesmo referente não explica completamente o processo referencial. É possível dizer que o termo "imbecil" pode designar qualquer um, enquanto que "teu irmão" só pode ser usado para delimitar um conjunto mais definido – mas, nos dois casos, para saber a quem a referência está sendo feita, é preciso remeter à situação discursiva.

Parece-nos que o aspecto a ser destacado, nesses casos, é o valor semântico dos itens lexicais que, embora não seja completamente predeterminado no processo referencial, como postula Milner (1978), exerce influência na maneira como interpretamos a referência. Um dos fatores que aponta para a confirmação desse argumento é o fato de que de todas as designações possíveis para o referente de "teu irmão", por exemplo, a escolha foi por "teu irmão". A escolha desse item lexical em específico salienta a relação de parentesco, o qual pode remeter a vários outros objetos de discurso compartilhados pela cultura e memória comum entre os participantes da situação enunciativa.

Outra situação apresentada pelo autor: se substituirmos "o imbecil" por "o idiota", em (6), o valor de insulto não seria muito afetado, o que ilustra a sugestão do autor de que os *nomes de qualidade* estariam mais ligados ao ato de fala de que fazem parte; já os *nomes ordinários* não dependeriam do ato de fala nem de outros aspectos pragmáticos. Discordamos de Milner (1978) nessa diferenciação nítida entre envolver ou não fatores pragmáticos, pois consideramos que a situação enunciativa sempre é importante e indissociável do processo referencial, porém admitimos que certas palavras permitem uma maior ou menor dependência de interpretação em relação à situação. Por isso, preferimos falar em tendências e predisposições e não em propriedades totalmente predeterminadas e independentes dos fatores discursivos.

Além disso, nosso interesse não está exatamente na suposta diferença entre *nomes de qualidade* e *nomes ordinários*, mas no fato de que parece haver características lexicais intrínsecas que predisõem certos itens a serem interpretados de uma maneira ou de outra no que diz respeito ao valor axiológico.

Em Ducrot (1980), encontramos também uma discussão que interessa para apresentar o ponto de vista que defendemos aqui, especialmente, sobre a atribuição de valor axiológico a itens lexicais. Nesse estudo, o autor observa que os adjetivos não

se comportam da mesma maneira, quando são subordinados a uma oração como “je trouve que”. Conforme Ducrot (1980), corriqueiramente, diz-se, em francês, por exemplo, “je trouve que ce film est intéressant” (“eu acho que este filme é interessante”) ou “je trouve que cette voiture est chère” (“eu acho que esse carro é caro”), mas raramente se diz “je trouve que cette table est carrée” (“eu acho que essa mesa é quadrada”) ou “je trouve que cette pomme est rouge” (“eu acho que essa maçã é vermelha”). Em outras palavras, Ducrot salienta adjetivos que são potencialmente mais apreciativos e outros que são mais descritivos. Para o autor, isso pode ser verificado também quando não se trata de um adjetivo, conforme, por exemplo, a comparação entre: “je trouve que Jean a de la chance” (“eu acho que Jean tem sorte”) e “je trouve que cette voiture est une Citroën” (“eu acho que esse carro é um Citroën”).

Salientamos, em primeiro lugar, que, para nós, não há expressões puramente descritivas, como pode parecer a partir da explicação de Ducrot (1980), pois, mesmo numa descrição está implícito o ponto de vista do falante. A nosso ver, o que acontece é que há situações em que certos objetos estão menos suscetíveis a sofrer variações, especialmente quando se trata de descrições, como a propriedade de ser quadrado ou de ser vermelho – isso, se considerarmos indivíduos que compartilham intensamente o modo de perceber o mundo, pertencendo a uma mesma cultura, vivendo numa mesma época, em que mais raramente tais características, como forma geométrica e cor, são colocadas em discussão.

Ainda assim, no caso das cores, por exemplo, talvez nem tão raramente elas sejam discutíveis, já que a percepção, principalmente do espectro de tons, varie bastante de pessoa para pessoa e mais ainda de cultura para cultura. Em vez de colocar em oposição a predicação e a descrição, preferimos, então, falar em um efeito de maior ou menor manifestação de subjetividade e, portanto, em valor axiológico mais ou menos marcado. Dissemos *efeito*, porque o fato de que possa haver um consenso muito grande em relação à determinação categórica de certos conceitos, como cores, formas geométricas e marcas de carro, não significa que esses conceitos não possam ser modificados individual ou coletivamente, de uma sociedade para outra, de maneira diacrônica e/ou sincrônica. Dizer que a Terra é redonda, por exemplo, raramente é questionado, atualmente; porém, já houve um tempo em que se pensava que a Terra era quadrada. Assim, ainda que Ducrot (1980) apresente uma visão entre o que seria predicativo e descritivo *a priori*, com o que não concordamos

inteiramente, os estudos desse autor apontam para a tendência que certas palavras têm de conservar traços semânticos - e aí está o nosso interesse.

Podemos dizer, a partir disso, que há nomes com maior predisposição de serem usados de maneira mais predicativa, por apresentarem um traço semântico axiológico; esses nomes não exigem um contexto particular para que esse valor se manifeste, ao contrário de outros que, enquanto unidades lexicais, não são marcados axiologicamente e, por isso, para apresentarem um valor explícito de julgamento, apoiam-se mais na situação e somente explicitam uma avaliação dentro de um determinado contexto, que também é determinado por uma manifestação mais ou menos velada de subjetividade.

Voltando ao exemplo (4) parece que o tipo de avaliação que "mineral" comporta em relação a "cálcio" é menos subjetivo, pois depende de uma espécie de consenso acadêmico, que, por sua vez, é fruto de pesquisas científicas e cujos conceitos são aceitos pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral, normalmente, até que novos estudos apresentem fatos que os desestabilizem. E é nesse contexto discursivo que a recategorização "mineral" se reveste de aparente descrição, numa tentativa de "apagar o sujeito", como bem disseram Cavalcante e Matos (2016).

A análise, até aqui, corrobora a noção de que a *avaliação* pode estar atrelada a um juízo de valor mais ou menos explícito e/ou mais ou menos marcado subjetivamente. Além disso, vimos que mesmo os nomes que apresentam um traço semântico axiológico dependem dos interlocutores e da situação enunciativa para que esse traço seja reconhecido e marcado para uma certa orientação argumentativa.

Por tudo isso, sugerimos, aqui falar de explicitude axiológica, de predicação, de subjetividade, de marcas de juízo de valor, de diferentes maneiras de marcar uma avaliação, enfim, a que estão relacionadas às recategorizações, em vez de opor funções *avaliativa* x *não avaliativa*. Parece-nos que as recategorizações sempre contribuem para as avaliações embutidas na orientação argumentativa dos textos, mesmo que o encargo da avaliação esteja diluído, e não concentrado nas expressões recategorizadoras.

E, em suma, consideramos que há características lexicais intrínsecas que predis põem certos itens a serem interpretados de uma maneira ou de outra. Contudo precisamos sempre considerar as diversas inferências que se produzem entre o léxico e o funcionamento discursivo, ou seja, o uso efetivo que os participantes da situação

enunciativa fazem do léxico e as diversas possibilidades de atribuição de sentido que se apresentam na interlocução, destacando-se os fatores de subjetividade.

Discutimos, a seguir, nos itens 4 e 5, outros tipos de processo de recategorização, associados à argumentação, bem como diferentes aspectos da função *avaliativo-argumentativa* que foram apontados em estudos anteriores.

4. O ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO COMO RECURSO AVALIATIVO-ARGUMENTATIVO

Em uma análise do estudo de Francis (1994), Cavalcante (2006) sugere que os encapsuladores, contribuem para a argumentação, especialmente para a função de avaliação. Para a autora, são considerados como avaliativos apenas os rótulos que apresentarem explicitamente um valor axiológico, através de nomes nucleares e/ou modificadores como no exemplo:

(8) Um velho índio descreveu certa vez seus conflitos internos: "Dentro de mim existem dois cachorros: um deles é cruel e mau, o outro é muito bom e dócil. Os dois estão sempre brigando..." Quando então lhe perguntaram qual dos cachorros ganharia a briga, o sábio índio parou, refletiu e respondeu: "Aquele que eu alimentar". (texto divulgado na internet – citado por Cavalcante, 2006: 6-7)

Neste trecho, o rótulo, por si só, apresenta um valor axiológico, já orientando para a interpretação de que o que segue configura um estado de "conflitos". Contudo, completamos o sentido de "conflito" por outras pistas, uma delas por que é possível identificar esse texto com os de autoajuda. Colaboram nessa identificação as unidades retóricas semelhantes às das fábulas, o tom de ensinamento e conselho, tudo isso num texto sem autoria, veiculado na internet.

Também levando em conta a questão da avaliação que pode carregar uma expressão, em Ciulla (2002), são considerados como encapsuladores dêiticos de valor argumentativo os que, introduzindo informação nova no discurso, acrescentam um conteúdo avaliativo explicitado na própria expressão, como o que ocorre no seguinte exemplo:

(9) Além disso, o fim das ideologias, ou pelo menos das certezas ideológicas, o desvirtuamento ou degradação das utopias, o desaparecimento das referências, o declínio dos valores tradicionais, a emergência de um individualismo autocentrado e narcísico, as vertiginosas transformações tecnológicas - todo esse mal-estar fin de siècle atordoou e desorientou o homem pós-moderno, ruindo as bases de sua confiança e criando o chamado "vazio moral". (citado por Ciulla, 2002: 54)

A expressão encapsuladora "todo esse mal-estar fin de siècle" sintetiza e recategoriza as informações que vinham sendo enumeradas, como "degradação das utopias", "desaparecimento das referências", "individualismo autocentrado e narcísico" e "vertiginosas transformações tecnológicas", que remetem à noção de decadência do fim de uma era, numa alusão ao final da *Belle Époque* e ao início de movimentos estéticos mais melancólicos.

Nos exemplos (8) e (9), é reforçada a ideia de que não é simplesmente a expressão recategorizadora que comporta uma avaliação e de que também não depende apenas dela a força argumentativa.

Conte (1996) trata também de expressões encapsuladoras, evidenciando sua remissão bidirecional e salienta três funções, que considera não mutuamente excludentes. Uma delas é, também, a de *avaliação*. Para a autora, a nomeação de situações e acontecimentos, especialmente quando acompanhada de um modificador avaliativo, tem um forte poder argumentativo e pode ser um artifício de manipular a interpretação do leitor a respeito dos fatos. Exemplo:

(10) Enraivecido com a multidão que protestava, a apenas sete semanas das eleições gerais, o presidente romeno Ion Iliescu saltou furioso de sua limusine e agrediu um jornalista da oposição.

O incrível episódio, que provocou fortes reações (...).(citado por Conte, 1996: 186, tradução nossa)

Aqui, o encapsulador "episódio" é acrescido do adjetivo "incrível", que qualifica duplamente o acontecido.

Outra função apontada pela autora é a de *integração semântica*, que, segundo Conte, especialmente quando o encapsulamento anafórico ocorre no início de um parágrafo, pode funcionar como um subtítulo que, simultaneamente, interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponto de partida para um novo. Exemplo:

(11) No fim, contudo, a luta contra a corrupção será vencida nos próprios países em desenvolvimento - não no mundo dos ricos. Há sinais encorajadores: a Tailândia e o Zimbábue, entre outros, estabeleceram comissões anticorrupção, embora elas nem sempre cumpram o que prometem. Na Argentina e em outros locais, advogados, que um dia defendiam casos civis, agora lutam contra a corrupção.

Esses esforços nativos algumas vezes acabam morrendo na casca. (citado por Conte, 1996: 185, tradução nossa)

A autora enfatiza o aspecto da remissão bidirecional que esse tipo de expressão opera: além de empacotar as situações apresentadas, inaugura um novo ponto da argumentação que está sendo desenvolvida; a expressão tem caráter resumidor e

argumentativo, pois sintetiza a descrição precedente e continua em termos do que foi apresentado como fato. A partir da nomeação das atitudes apresentadas como "esforços nativos", no exemplo, parte-se para um novo tópico de argumentação.

Faz-se interessante observar também a função de *organizar* a condução argumentativa, sutilmente diferente da função de *argumentar* - ainda que não se possa desprezar a escolha lexical feita em "esforços nativos" para recuperar "a luta contra a corrupção", o que enfatiza que ela estava acontecendo nos "próprios países em desenvolvimento" e contribui para a argumentação que está sendo proposta no texto do exemplo.

A terceira função sugerida por Conte (1996) é a de *hipostasiação* (ou "essencialização"), que ocorre quando o encapsulamento permite atribuir uma força ilocucionária a um trecho do discurso e, com base em uma informação velha, apresenta um referente novo para o discurso, conforme ilustra o exemplo:

(12) A Liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental - esta promessa de Dasi provocou uma aclamação na praça. (citado por Conte, 1996: 187, tradução nossa)

A recategorização do referente como um ato de fala em particular produz uma alternância do nível metacomunicativo, ou seja, as palavras de Dasi, "A Liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental", passam a ser uma promessa na voz do enunciador.

Embora não mencionado por Conte (1996), acreditamos que nesse caso também o rótulo que recategoriza a ação como "promessa" desempenha um forte papel argumentativo, aumentando o compromisso da pessoa que pronunciou tais palavras na praça. O valor de juízo contido em "promessa", no contexto do exemplo, também poderia ser observado se substituíssemos, hipoteticamente, "promessa" por "mentira", o que mudaria totalmente a orientação argumentativa do enunciado.

Às generalizações promovidas por encapsuladores, pode estar associado um maior pendor de avaliação, como no exemplo:

(13) Um portal para a informação

Você já acessou o Portal da Capes? A pergunta, feita para essa matéria a vários estudantes de diversos cursos da UFC, encontrou como resposta quase sempre um não e uma expressão de total alheamento. E o sentimento também é compartilhado por vários professores da Instituição. O Portal, que reúne revistas e jornais acadêmicos de todo o mundo, com artigos científicos, foi lançado em 2002 pela Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes). (...) Mesmo assim, para grande parte da comunidade acadêmica da UFC, o Portal é um ilustre desconhecido. O desconhecimento se traduz no baixo número de acessos ao site (...).(Revista *Universidade Pública*, janeiro/fevereiro de 2006 – citado por Cavalcante, 2006: 8)

Recuperar a ideia de “portal desconhecido” através do encapsulador “o desconhecimento” é uma estratégia sutil – porém explícita - de fazer revelar a crítica que está sendo construída por trás da aparente notícia sobre o site, qual seja, a de que uma importante fonte de referências científicas está se perdendo pela ignorância dos próprios pesquisadores – público-alvo dessas afirmações. E, por isso, dissemos que a argumentação é constituída discursivamente, pois não há exatamente um item lexical especializado, *a priori*, que concentre a avaliação no exemplo acima, mas uma maneira de apresentar o fato que revela um ponto de vista. Por outro lado, os traços semânticos dos nomes não devem ser desprezados, já que, muitas vezes, um traço semântico evoca um valor axiológico, como em “conflitos”, no exemplo que fornecemos anteriormente: o antagonismo e o estado de hesitação a que remete o próprio item lexical predispõem a interpretação a um julgamento de valor. Reiteramos, portanto, a noção de que o valor axiológico está nas inferências que fazemos, inclusive nas que nos são proporcionadas pelo léxico - o que corrobora nossa visão de que a atribuição de sentido e a argumentação se dão na enunciação, num processo discursivo, portanto.

Salientamos, no exemplo a seguir, um caso em que, além das funções que se relacionam com a argumentação, as expressões metadiscursivas podem ter um papel de induzir o leitor a interpretar o enunciado de certa maneira:

(14) Dasdores e suas numerosas obrigações: cuidar dos irmãos, velar pelos doces de calda, pelas conservas, manejar agulha e bilro, escrever cartas de todos. Os pais exigem-lhe o máximo, não porque a casa seja pobre, mas porque o primeiro mandamento da educação feminina é: trabalharás dia e noite. Se não trabalhar sempre, se não ocupar todos os minutos, quem sabe do que será capaz a mulher? Quem pode vigiar os sonhos de moça? Eles são confusos e perigosos. Portanto, é impedir que se formem. A total ocupação varre o espírito. Dasdores nunca tem tempo para nada. Seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. “Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?” “Você viu, Dasdores, quem deixou o diabo desse gato furtar a carne?” “Ah, Dasdores, meu bem, prega esse botão para a sua mãezinha.” Dasdores multiplica-se, corre, delibera e providencia mil coisas. Mas é um engano supor que se deixou aprisionar por obrigações enfadonhas. Em seu coração ela voa para o sobrado da outra rua, em que, fumando ou alisando o cabelo com brilhantina, está Abelardo. (Carlos Drummond de Andrade, *Presépio*)

A expressão metadiscursiva “obrigações enfadonhas” recategoriza o referente expresso por “numerosas obrigações”, confirmando e explicitando uma avaliação que o leitor já teria sido induzido a fazer, diante do modo como foram descritas as tarefas: pela simplicidade dos serviços domésticos (“velar pelos doces de calda, manejar agulha e bilro”, etc.), pela imposição implacável em cumpri-las, sem descanso (“trabalharás dia e noite”, “se não ocupar todos os minutos”, etc.), pela constante tentativa de anulação dos desejos de *Dasdores* (“quem pode vigiar os sonhos de moça?... portanto é impedir que se formem”), pela quase anulação da própria *Dasdores* em função de suas tarefas (“seu nome, alegre à força de repetido, ressoa pela casa toda. ‘Dasdores, as dalias já foram regadas hoje?’ ”, etc.). Assim, além de explicitar um viés argumentativo e capturar argumentos dispersos, pode-se perceber, neste recurso, uma tentativa de induzir o leitor a interpretar as informações de certa maneira.

Por fim, apresentamos alguns exemplos peculiares de recategorizações, que contribuem para a argumentação, e em que a saliência está no modo opaco de referenciação.

5. A OPACIDADE REFERENCIAL E SUA FORÇA ESTRATÉGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Iniciamos com um exemplo, de um texto literário:

(15) Morreu meu pai, sentimos muito, etc. Quando chegamos nas proximidades do Natal, eu já estava que não podia mais pra afastar aquela memória obstruente do morto, que parecia ter sistematizado pra sempre a obrigação de uma lembrança dolorosa em cada gesto mínimo da família. Uma vez que eu sugerira à mamãe a idéia dela ir ver uma fita no cinema, o que resultou foram lágrimas. Onde já se viu ir ao cinema de luto pesado! A dor já estava sendo cultivada pelas aparências, e eu, que sempre gostara apenas regularmente de meu pai, mais por instinto de filho que por espontaneidade de amor, me via a ponto de aborrecer o bom do morto. Foi decerto por isto que me nasceu, esta sim, espontaneamente a idéia de fazer uma das minhas chamadas “loucuras”. Essa fora, aliás, e desde muito cedo, a minha esplêndida conquista contra o ambiente familiar. Desde cedinho, desde os tempos do ginásio, em que arranjava regularmente uma reprovação todos os anos; desde o beijo às escondidas, numa prima, aos dez anos, descoberto por Tia Velha, uma detestável de tia; e principalmente desde as lições que dei ou recebi, não sei, de uma criada de parentes: eu consegui no reformatório do lar e na vasta parentagem, a fama conciliatória de “louco”. (Mário de Andrade, *O peru de Natal*)

A expressão “uma das minhas chamadas ‘loucuras’” faz parte do processo anafórico que explicita o viés argumentativo do enunciador em questão, nesse exemplo. A responsabilidade pela expressão “loucuras” não é atribuída ao

personagem, mas a outros, tanto por serem referidas como “as minhas chamadas loucuras”, quanto pelas aspas que marcam a palavra “loucuras”. Isso é confirmado, no final do trecho, por “a fama conciliatória de ‘louco’ ”, que o personagem diz ter obtido entre os familiares.

Algumas expressões funcionam como avaliadores, constantemente situando a linha argumentativa do narrador-personagem, que coloca em jogo os seus juízos de moral, assim como os dos familiares. Alguns modificadores colaboram para esses julgamentos, como “chamadas ‘loucuras’ ”, “esplêndida conquista” e “fama conciliatória” e denunciam, nesse exemplo, um embate de vozes. De um lado, coloca-se o narrador-personagem, em sua sinceridade e espontaneidade, de outro a família, que mantinha “a dor... cultivada pelas aparências” e preferia chamá-lo “louco” – lexema que sempre aparece marcado por aspas, enfatizando que essa é a voz dos familiares, a que o narrador-personagem se contrapõe.

Essas situações em que há uma fusão de focos enunciativos e ambiguidade na determinação da responsabilidade pelas designações são consideradas por Ciulla (2008;2015), a partir de Apothéloz (2010), como casos de opacidade referencial. Com essa estratégia, podem-se apresentar argumentos, para atacar ou defender um ponto de vista, num jogo de múltiplas vozes, dissimulando ou reforçando o ponto de vista do enunciador, também em textos do gênero jornalístico, como no exemplo:

(16) Se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos. Foi ela, de fato, que assinou a lei que baniu 150.000 judeus da Espanha e fez perseguir, espionar, espoliar e torturar estes infiéis. (*L'Hebdo*, 28.12.90 - corpus M-J. Reichler-Béguelin, tradução nossa)

De acordo com Ciulla (2015), podemos interpretar esse trecho como uma crítica à rainha Isabel, já que perseguir e torturar não são atitudes católicas, pelo menos não nos dias atuais. Com “estes infiéis”, é promovido um alinhamento, por parte do enunciador, em relação ao suposto pensamento da rainha. Ou seja, ao retomar “150000 judeus da Espanha”, designando-os de “infiéis”, o enunciador simula o ponto de vista da rainha. Contudo, sabe-se que um jornalista do *Hebdo* – uma revista conhecida em todo o mundo por sua postura de denúncia contra injustiças, discriminações e racismo - não assumiria esse posicionamento. E, além disso, é de conhecimento geral que essa publicação, tradicionalmente, prima pela ironia. Por isso, podemos dizer que o contexto é opaco, mas a interpretação pode ser considerada transparente - atentamos para o fato de que, especialmente no caso do

jornalismo engajado, a cena englobante e seus elementos ganham maior importância para a interpretação dos enunciados.

Por outro lado, no caso de o leitor não saber nada sobre a publicação, haveria uma pista para instaurar no mínimo uma dúvida sobre atribuir a responsabilidade da designação ao próprio locutor, que é instaurada no trecho “os meios utilizados para impor sua fé não foram muito católicos” (ainda que o locutor se esquive da responsabilidade dessa recategorização, referindo-se a ela de maneira vaga, na oração “muitos estimam que...”). Assim, é reforçada a hipótese de que a expressão “estes infieis” tenha sido empregada como num jogo, em que a recategorização é feita com base nas palavras do outro, trazendo consequências interessantes: a crítica dirigida à atitude da rainha é ainda mais aguda, pois faz com que o leitor seja induzido a vê-la como uma *católica tirana*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos aspectos do processo de recategorização visto como um processo discursivo, que cumprem uma função argumentativa. Ainda que a argumentação seja considerada, aqui, como indissociável da linguagem, nosso intuito foi o de mostrar de que modo as recategorizações contribuem para uma certa orientação argumentativa. Para tanto, discutimos a questão do valor axiológico das expressões e sugerimos tratá-lo em termos de explicitude e marcas de valor axiológico, já que, como demonstrado pelos exemplos, não identificamos juízos de valor apenas pelo conteúdo semântico de itens lexicais, mas a atribuição de sentido, incluindo o de avaliação, é determinada por inferências que se produzem entre o léxico e o funcionamento discursivo. Assim, reiteramos nosso princípio de que é preciso avaliar o processo textualmente e não apenas localizar expressões recategorizadoras de maneira pontual.

Seguindo essa orientação, também apresentamos como fenômeno e/ou estratégia avaliativo-argumentativa dois processos associados à recategorização, quais sejam: o encapsulamento anafórico e a opacidade referencial.

Para além da função *avaliativa*, mostramos algumas funções das recategorizações, como a de *organizar a condução argumentativa*, *capturar argumentos dispersos* e *promover as relações de intersubjetividade*, reforçando a força argumentativa do enunciado.

Finalmente, podemos dizer, com base neste estudo, que a recategorização é um processo intimamente ligado à potência de argumentação dos enunciados e, por esse motivo, trata-se não apenas de um assunto de interesse aos estudos teóricos em Linguística, retratando um aspecto do funcionamento da língua, mas também, em estudos futuros, pode ser desenvolvido com o intuito de auxiliar professores e alunos de língua, em cursos de produção textual e de leitura, especialmente no que diz respeito a sua relação com a construção da argumentação.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ADAM, J.M. Une approche textuelle de l'argumentation : schéma, séquence et phrase périodique. In: DOURY, Marianne et MOIRAND, Sophie (dir.) *L'Argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2005, p.77-102.
2. ANSCOMBRE, J.C. Stéréotypes, gnomie et polyphonie: la voix de son maître. In: Perrin, L. (ed.). *Recherches Linguistiques*, n. 28. Le sens et ses voix - dialogisme et polyphonie en langue et en discours. Metz: Université Paul Verlaine, 2006, p. 349-378
3. APOTHÉLOZ D. L'opacité référentielle: paramètres et status discursifs. In: Colas-Blaise, M.; Kara, M.; Perrin, L., Petitjean, A. (orgs.). *La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage*. Metz: Université Paul Verlaine, 2010, p.135-155. (Recherches Linguistiques, n. 31).
4. _____.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: Berrendonner, A.; Reichler-Béguelin, M-J. (orgs.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71.
5. _____. Référencer sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: Enikö N. (ed.) *Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*, Vol. 2. Antwerp: International Pragmatics Association, 2001, p. 30-38.
6. AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução C. M. Cruz; J.W. Gerald. *Cadernos de Estudos em Linguística*. Campinas, n. 19, jul./dez 1990.
7. BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2011.
8. BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation (1970). In: *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris: Gallimard, 1974.
9. CAVALCANTE, M.M.; MATOS, J.G. Discutindo as marcas avaliativo-argumentativas das recategorizações. In: *Intersecções*. ed. 18, n.1, fev./2016.
10. CIULLA, A. *A referenciação anafórica e dêitica – com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 2002. 90 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
11. _____. Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos. 2008. 201p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

12. _____. As múltiplas implicações discursivas da opacidade referencial. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, v.13,n.25, agosto/2015.
13. CONTE, M-E. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics*, n. 10, 1996, p. 1-10. Tradução para o português: Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: Cavalcante, M.M.; Biasi-Rodrigues, B; Ciulla, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p.177-190.
14. DUCROT, O. Argumentation rhetorique et argumentation linguistique. In: Ribeiro, H.J. (ed.) *Rhetoric and argumentation in the beginning of the XXst century*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009, p.143-152.
15. _____. Je trouve que. In: DUCROT et al. *Les mots du discours*. Paris: éditions de Minuit, 1980, p. 57-92.
16. FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: Coulthard, M. (ed.). *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994, p. 83-101. Tradução para o português: Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: Cavalcante, M.M.; Biasi-Rodrigues, B; Ciulla, A (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p. 191-228.
17. KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
18. MATOS, J.G. 2005 *As funções discursivas das recategorizações*. 164p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
19. _____.; BRITO, M.A.P. As funções discursivas das recategorizações. *Intersecções*. Jundiaí, ed. 12, n. 1, p. 20-40, 2014.
20. MONDADA, I. e DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. In: *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, n.23, 1995, p.273-302. Tradução para o português : Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante, M.M.; Biasi-Rodrigues, B; Ciulla, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

ABSTRACT: Among the multiple functions of recategorization processes, according to Matos (2005) and Cavalcante and Matos (2016), the evaluative function in the construction of textual argumentative guidelines is highlighted. From the point of view upheld in this work, not only lexical items with axiological value account for a value judgment. Two discursive phenomena are presented, supporting the notion that evaluation and argumentation are constructed in discourse: the anaphoric encapsulation and the opaque reference. Those phenomena not only have shown to perform an important role in argumentation, but also are closely related to recategorization.

Keywords: Recategorization; Argumentation; Evaluative-argumentative Function.